

FHC deve fazer concessões ao Congresso

Encontro com lideranças aliadas evidenciou dificuldades na votação das medidas

Christiane Samarco e
Mauro Zanata
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso não arrancará do Congresso a aprovação do pacote fiscal de emergência tal como foi concebido pela equipe econômica do governo. O café da manhã oferecido ontem aos líderes aliados no Palácio da Alvorada teve uma serventia a mais do que a simples apresentação das medidas de ajuste. Ele foi útil para mostrar ao presidente anfitrião que o governo terá que fazer concessões para aprovar medidas polêmicas como a prorrogação e o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Diante de resistências na própria base governista, os líderes também não se comprometeram com a taxa-ção previdenciária dos aposentados da União.

“Dissemos em alto e bom som que nós gostaríamos que não houvesse aumento na CPMF, mas que nos disporíamos a negociar o reajuste de 0,2% para 0,3%”, contou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira. Diante da insistência do governo na alíquota de 0,38%, o lí-

der propôs uma compensação de 0,18% às pessoas físicas no Imposto de Renda, semelhante à concedida às empresas no caso da cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

“O presidente recebeu bem a proposta e mandou o ministro Malan examinar a questão”, relatou o pefelista à saída do Alvorada. “Faremos tudo para que o governo assumile o abatimento do aumento no IR, para amortizar as resistências”, emendou o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

Apesar dos argumentos do presidente, que falou meia hora em defesa do ajuste, e do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, que recheou as dificuldades de números,

todos os líderes concordaram com a avaliação de que será muito difícil aprovar a contribuição dos inativos da União.

“A medida é justa, mas politi-

camente não palatável porque foi disseminado na sociedade que a contribuição seria de todos os inativos e aposentados. Só será possível falar em aprovação se conseguirmos superar esse preconceito”, avaliou Geddel. Decidido a ajudar na comunicação do governo, o líder tucano

Aécio Neves (MG) explicou: “Não tocaremos nos 18 milhões de aposentados do INSS, mas apenas nos 905 mil do setor público”.

Geddel lembrou que o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, também presente ao encontro do Alvorada, ainda não informou onde serão os cortes e advertiu: “Corte de despesa associado com aumento de receita via imposto é um coquetel extremamente explosivo na negociação com o Congresso”. Ele diz que o presidente convenceu os líderes da necessidade de aprovar esses cortes, mas que antes de assumirem uma posição partidária será preciso apresentar a proposta aos deputados e identificar os focos de resistência.

A única surpresa na apresentação do pacote fiscal foi positiva, mas durou pouco. No encontro do Alvorada, todos os líderes entenderam que a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e o aumento da parcela retida pela União na partilha com os estados e municípios havia ficado fora do pacote. Afinal, o FEF já está garantido até dezembro de 1999.

Uma hora mais tarde, porém, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, relacionava o FEF entre as medidas

que seriam enviadas ao Congresso. “Mandar isto agora é loucura e a mudança nas regras não passa em momento algum”, reagiu Inocêncio. “Vou telefonar ao Malan e dizer-lhe que, se o mal-entendido foi nosso, desista do FEF porque o PMDB não dará isto ao governo”.

Os ressentimentos eleitorais também foram postos na mesa do café da manhã e entraram na negociação da CPMF. “Não é concebível que ministros de um governo que ajudamos a eleger apoiem o adversário que queria nos derrotar”, queixou-se o líder do PMDB ao final do encontro, referindo-se ao apoio de ministros tucanos (José Serra, da Saúde; Paulo Renato, da Educação, e Pedro Malan) à reeleição do governador

petista Cristovam Buarque. O troco foi dado na conversa com o presidente. “O PMDB não vê com bons olhos a vinculação do aumento à área da Saúde

porque ela já tem os seus recursos na CPMF. A questão agora é garantir que esses recursos possam ir para o Tesouro para que sejam usados na administração das contas públicas”, resumiu Geddel.

O PPB de Paulo Maluf, derrotado em São Paulo, também preocupa o Planalto. Ontem, porém, o líder do partido na Câmara, Odelmo Leão (MG), tratou de tranquilizar o governo. “As eleições passaram. Paulo Maluf é um grande estadista e temos consciência da gravidade extrema do momento”, disse o líder, incansável defensor da votação urgente da reforma tributária.

Mas antes de falar em aumento de imposto, Odelmo exige mais eficiência da máquina arrecadadora do Estado, correndo atrás dos sonegadores. Ao fim do dia, o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, reconheceu que o governo precisará de algo além dos argumentos econômicos para convencer o Congresso a apoiar o pacote: “Acho que a fé também é fundamental”.

“Dissemos em alto e bom som que nós gostaríamos que não houvesse aumento na CPMF”, disse Inocêncio Oliveira

Os ressentimentos eleitorais também foram postos na mesa do café da manhã e entraram na negociação da CPMF